

## Barreiras para a participação em atividades esportivas: um estudo com cuidadores e profissionais ligados a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de funcionários do Banco do Brasil (APABB)

Barriers to participation in sports activities: a study with caregivers and professionals linked to the Association of Parents, Friends, and People with Disabilities of Banco do Brasil Employees (APABB)

Barreras para la participación en actividades deportivas: un estudio con cuidadores y profesionales vinculados a la Asociación de Padres, Amigos y Personas con Discapacidad de Empleados del Banco de Brasil (APABB)

Letícia Moro, Jackeline Colere, Doralice Lange de Souza  
Universidade Federal do Paraná (Brasil)

**Resumo.** O objetivo deste estudo foi identificar as barreiras existentes para o acesso de pessoas com deficiência (PCD) às atividades esportivas de um núcleo da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil (APABB), localizada em uma capital no sul do Brasil, tendo como foco a perspectiva dos pais de PCD e de profissionais da instituição. O estudo foi de cunho qualitativo e exploratório e envolveu entrevistas semiestruturadas e individuais com onze pais e dois profissionais da APABB. Realizamos uma análise temática dos dados, buscando pelos principais temas abordados. De acordo com os participantes, as principais barreiras são: (1) escassez de oportunidades de acesso a atividades esportivas decorrentes de dificuldades financeiras e falta de políticas públicas que facilitem o acesso; (2) barreiras atitudinais como estereótipos, preconceito e *bullying* normalmente associado às PCD; (3) falta de banheiros *unissex*, o que não permite que cuidadores do sexo oposto possam auxiliar seus filhos e prevenir possíveis situações de abuso sexual, constrangimentos e violência por parte de terceiros; (4) problemas arquitetônicos (ex. falta de banheiros adaptados e ausência de rampas), urbanísticos (calçadas acessíveis) e de transporte; (5) falta de categorias de acordo com o nível de habilidade nas competições; (6) despreparo de profissionais para o trabalho com PCD; (7) dificuldade de conciliar o horário da prática com as outras atividades cotidianas. Este estudo fornece subsídios para construção de políticas públicas e busca de estratégias que visem minimizar as barreiras encontradas e ampliar o acesso de PCD ao esporte.

**Palavras-Chave:** Pessoas com deficiência. Barreiras. Esporte. Atividade física. Estudo qualitativo.

**Abstract.** The aim of this study was to identify the barriers that prevent people with disabilities (PWD) from accessing the sports activities at a branch of the Association of Parents, Friends, and People with Disabilities of Banco do Brasil Employees (APABB), situated in a capital in the south of Brazil. The focus was on the perspectives of the PWD parents and some institution's professionals. The study was qualitative and exploratory and involved individual semi-structured interviews with eleven parents and two APABB professionals. We conducted a thematic analysis of the data, looking for the main themes addressed. According to the participants, the main barriers are: (1) a scarcity of opportunities to access sports activities due to financial difficulties and a lack of public policies that facilitate access; (2) attitudinal barriers such as stereotypes, prejudice, and bullying usually associated with PWD; (3) the absence of unisex bathrooms, which does not allow opposite-sex caregivers to assist their children and prevent potential situations of sexual abuse, embarrassment, and violence by third parties; (4) architectural problems (e.g., lack of adapted bathrooms and absence of ramps), urban planning (accessible sidewalks), and transport; (5) lack of categories according to skill level in competitions; (6) unpreparedness of professionals to work with PWD; (7) difficulty in reconciling the time of practice with other daily activities. The study provides support for the development of public policies and the search for strategies aimed at minimizing the barriers encountered and expanding access to sports for people with disabilities.

**Keywords:** People with disabilities. Barriers. Sports. Physical activity. Qualitative study.

**Resumen.** El objetivo de este estudio fue identificar las barreras para el acceso de personas con discapacidad (PCD) a las actividades deportivas en una sucursal de la Asociación de Padres, Amigos y Personas con Discapacidad de Empleados del Banco de Brasil (APABB), ubicada en una capital del sur de Brasil, enfocándose en la perspectiva de los padres de las PCD y de los profesionales de la institución. El estudio fue de carácter cualitativo y exploratorio e involucró entrevistas semiestructuradas e individuales con once padres y dos profesionales de la APABB. Realizamos un análisis temático de los datos, buscando los principales temas. Según los participantes, las principales barreras son: (1) escasez de oportunidades de acceso a actividades deportivas debido a dificultades financieras y falta de políticas públicas; (2) barreras actitudinales como estereotipos, prejuicios y *bullying* asociados a las PCD; (3) falta de baños *unissex*, no permitiendo que cuidadores del sexo opuesto puedan asistir a sus hijos y prevenir posibles situaciones de abuso sexual, vergüenza y violencia por parte de terceros; (4) problemas arquitectónicos (como falta de baños adaptados y ausencia de rampas), urbanísticos (aceras accesibles) y de transporte; (5) falta de categorías según el nivel de habilidad en las competiciones; (6) falta de preparación de los profesionales para trabajar con PCD; (7) dificultad para conciliar el horario de práctica con otras actividades. Este estudio proporciona apoyo para la construcción de políticas públicas y la búsqueda de estrategias para minimizar las barreras encontradas y ampliar el acceso de las PCD al deporte.

**Palabras clave:** Personas con discapacidad. Barreras. Deporte. Actividad física. Estudio cualitativo.

---

Fecha recepción: 25-03-24. Fecha de aceptación: 27-05-24

Letícia Moro

[leticiamoro@uol.com.br](mailto:leticiamoro@uol.com.br)

## Introdução

Segundo os dados demográficos divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2022, 8,9% da população brasileira têm algum tipo de deficiência intelectual, motora, visual ou auditiva, o que equivale a 18,6 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [IBGE], 2023). Nesta pesquisa, foram consideradas pessoas com deficiência (PCD) indivíduos com mais de dois anos de idade que relataram muita dificuldade ou impossibilidade de realizar atividades incluídas em domínios funcionais predeterminados como enxergar, ouvir, subir degraus, funcionalidade dos membros superiores, cognição, autocuidado e comunicação (IBGE, 2023).

As PCD têm direito assegurado por lei ao esporte. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, Lei nº 13.146, 2015), capítulo 9, artigo 42, “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso” (Lei nº 13.146, 2015). A prática de atividades esportivas por PCD promove benefícios psicológicos, físicos e sociais, contribuindo com o bem-estar e qualidade de vida dos praticantes (Giacobbi et al., 2008; Rueda & Cerero, 2024; Solera et al., 2021). Ela também pode contribuir com a reabilitação e se constituir como uma oportunidade de testar habilidades, incentivar o lazer, promover a integração social e prevenir enfermidades secundárias ligadas à deficiência (Cardoso, 2011).

Diversas barreiras impossibilitam ou dificultam a efetivação do acesso e da permanência da PCD ao esporte. Dentre as mais citadas em estudos que discutem tais entraves, encontram-se: o despreparo de profissionais para trabalhar com PCD (Batistel, 2020; Benfica, 2012; Bodde & Seo, 2009; Moran & Block, 2010), acessibilidade e locais de treinamento inadequados (Batistel, 2020; Jaarsma et al., 2014; Melo & Van Munster, 2016; Rimmer et al., 2004), escassez de oportunidades para prática (Jaarsma et al., 2014; Moran & Block, 2010; Seron et al., 2015), descaso político (Batistel, 2020; Bodde & Seo, 2009; Florence, 2009; Reis et al., 2017; Rimmer et al., 2004), dificuldades financeiras (Benfica, 2012; Bester & Moll, 2019; Buffart et al., 2009; Mulligan et al., 2012), transporte e distância dos locais de prática (Bester & Moll, 2019; Buffart et al., 2009; Matheri & Frantz, 2009; Teixeira et al., 2022), preconceito e exclusão (Benfica, 2012; Bester & Moll, 2019; Melo & Van Munster, 2016), limitações físicas (Bodde & Seo, 2009; Buffart et al., 2009; Mulligan et al., 2012), dificuldades emocionais (Buffart et al., 2009; Rimmer et al., 2004), baixa divulgação dos projetos existentes e falta de atletas (Benfica, 2012; Vieira et al., 2021), superproteção dos pais (Moran & Block, 2010) e falta de tempo das PCD para prática esportiva em decorrência de outras atividades (Bester & Moll, 2019; Bodde & Seo, 2009; Jaarsma et al., 2014; Seron et al., 2015). As PCD, quando inseridas em uma modalidade adaptada, se deparam com a falta de apoio, acessibilidade e preconceito para iniciar e dar seguimento à prática, fatores estes que reduzem a motivação para a prática esportiva (Cardoso, 2011;

Palencia & Gallón, 2022).

O objetivo deste estudo foi identificar as barreiras que dificultam o acesso de PCD a atividades esportivas. Para isto, analisamos as percepções de pais de PCD envolvidos em atividades esportivas no núcleo paranaense da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de funcionários do Banco do Brasil (APABB) de Curitiba, bem como a perspectiva dos profissionais que trabalham nesta instituição. A APABB é uma instituição sem fins lucrativos com objetivos voltados à inclusão da PCD, defesa de seus direitos e ampliação da sua qualidade de vida. Para isso, engloba uma gama de serviços destinada aos usuários que a frequentam: saúde, assistência, lazer e esporte (APABB, 2023).

Como este trabalho foi desenvolvido no Brasil, cabe definir como se entende o conceito de barreira neste país. Para isto, utilizamos a definição presente na Lei nº 13.146, denominada de Lei Brasileira de inclusão (LBI): “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Lei n. 13.146, 2015). Esta definição está em consonância com outras no contexto internacional, como por exemplo, de que as barreiras são qualquer fator que intervém entre a preferência por uma atividade e a participação efetiva nela (Crawford & Godbey, 1987).

Embora este trabalho tenha sido desenvolvido em um contexto específico, uma capital brasileira, ele oferece subsídios para se pensar na construção de políticas públicas e ações que visem minimizar as barreiras enfrentadas para o acesso ao esporte por parte de pessoas com perfil em realidades similares, seja no Brasil ou em outros países.

## Material e Método

O estudo teve cunho qualitativo e exploratório e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (CAAE: 40675620.6.0000.0102 e parecer: n. 6.007.205). Conduzimos entrevistas individuais e semiestruturadas com 11 cuidadores (10 mães e um pai) de 11 PCD que praticam natação na APABB. Dentre as PCD, 10 eram do gênero masculino e uma do feminino. Todas praticavam natação há mais de um ano, sendo que cinco também praticavam outros esportes fora da associação (bocha, atletismo, jiu-jítsu e futebol). Entre elas, três pessoas tinham autismo; outras três tinham deficiência intelectual, sendo uma delas decorrente da Síndrome de Down e outra da Síndrome de Williams; três tinham deficiência física, sendo duas devido à paralisia cerebral e uma à mielomeningocele; uma pessoa tinha deficiência visual e uma pessoa deficiência múltipla decorrente de microcefalia. A maioria das deficiências eram de etiologia congênita, exceto a deficiência visual, que foi adquirida aos dois anos devido a um tumor ocular.

O autismo é considerado no Brasil como um transtorno

do desenvolvimento que tem possíveis impactos na comunicação, socialização e comportamentos repetitivos (Dalmazo et al., 2022). No entanto, no que diz respeito aos efeitos legais, ele foi regulamentado pela Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764, 2012) e pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista como uma deficiência (Brasil, 2012; Dalmazo et al., 2022).

Entrevistamos também dois profissionais que trabalham na APABB. Um deles (profissional um) é gerente da Associação e o outro (profissional dois) é professor de natação da APABB. Todas as entrevistas foram individuais e realizadas presencialmente no núcleo da APABB em Curitiba entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023. Elas duraram entre trinta minutos e duas horas. Inicialmente, informamos os objetivos da pesquisa e esclarecemos as possíveis dúvidas dos participantes. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Durante as entrevistas semiestruturadas levantamos dados pessoais dos cuidadores e de seus filhos. Exploramos também onde e por quanto tempo praticam atividades esportivas na APABB ou em outros espaços, e quais as principais barreiras para o acesso e permanência na prática esportiva. As entrevistas foram transcritas na íntegra. Realizamos uma análise temática dos dados (Braun & Clarke, 2012), buscando evidenciar os temas mais enfatizados nas falas dos profissionais e cuidadores.

## Resultados e Discussão

Em um primeiro momento apresentamos a APABB, instituição na qual foi realizada a produção dos dados, e no segundo, descrevemos as barreiras mais citadas.

### A APABB

A APABB foi fundada em 1987 por funcionários da Agência Centro do Banco do Brasil em São Paulo, todos pais de crianças com deficiência (APABB, 2023). É uma instituição sem fins lucrativos com a missão de promover a inclusão, defender os direitos e melhorar a qualidade de vida das PCD e suas famílias. Os objetivos da APABB abrangem o apoio, orientação, encaminhamento e acompanhamento das PCD e suas famílias, além da promoção do convívio e troca de experiências entre as PCD por meio de atividades recreativas e esportivas (APABB, 2023). É uma instituição estruturada e articulada com políticas de educação, saúde e assistência. A APABB atua de maneira colaborativa, buscando ampliar e aprimorar a rede de serviços disponíveis para as PCD e suas famílias (Da Silva, 2009).

No estado do Paraná, a APABB foi fundada em 1997 visando atender a demanda por inclusão das PCD paranaenses e suas famílias, sendo um dos núcleos com maior número de atividades e usuários. O núcleo da associação no Paraná está localizado em Curitiba e funciona de maneira independente (APABB, 2023).

### Principais barreiras para o acesso ao esporte

#### Escassez de oportunidades

Para 10 dos 11 cuidadores entrevistados, a principal barreira para efetivação do acesso de PCD ao esporte é a escassez de ofertas de atividades esportivas.

*Eu só queria que ele tivesse mais, que ele fosse em mais coisas, mais espaços. [...] Que tivesse mais oportunidades para eles. [...] Que tivesse mais coisa pública que a gente pudesse levar eles (Jana).*

*Outro esporte ele não faz, justamente por isso, porque não tem oportunidade e não tem lugar! (Ana).*

Outros estudos apontam a escassez da oferta de programas apropriados para prática esportiva adaptada que atendam especificamente as PCD e suas particularidades (Moran & Block, 2010; Seron et al., 2015). Entretanto, alguns autores alertam que o problema pode não necessariamente estar relacionado à escassez da oferta, mas à dificuldade de acesso à informação sobre as oportunidades de atividades esportivas disponíveis (Jaarsma et al., 2014; Mulligan et al., 2012), em decorrência da baixa divulgação das opções existentes e dos possíveis benefícios trazidos pelo esporte (Batistel, 2020; Benfica, 2012).

Oito entrevistados associaram a escassez de oportunidades a dificuldades financeiras.

*A gente queria colocar ele em outros esportes, só que tem o valor agregado que a gente não tem condições. Se tivesse outros iguais aqui na APABB, ele estaria praticando todos os esportes (Paulo).*

*Se não fosse dentro do projeto [...] seria mais difícil, pela questão do custo [financeiro] (Bianca).*

As restrições financeiras relacionadas aos custos elevados para participação no esporte, compra de equipamentos apropriados e despesas com transporte são fatores que limitam as oportunidades para o acesso efetivo das PCD a atividades esportivas (Mulligan et al., 2012; Rimmer et al., 2004).

A ausência de políticas públicas efetivas e a consequente negligência estatal foi levantada por cinco cuidadores como uma barreira e como uma das razões para a escassez de oportunidades para prática esportiva adaptada.

As maiores barreiras são a falta de um incentivo político de modo geral. Falta conhecimento deles em relação às pessoas com deficiência e da necessidade que as pessoas enfrentam para acesso ao esporte (Alda).

As políticas públicas direcionadas aos direitos das PCD em vigor no Brasil são avançadas. No entanto, conforme aponta Batistel (2016), não são eficientemente colocadas em prática, interferindo negativamente na participação das PCD no esporte e lazer (Soares, 2017).

#### Barreiras atitudinais

As barreiras atitudinais são uma das maiores dificuldades enfrentadas por PCD (Lissi et al., 2014). Elas se traduzem em comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da PCD em condições de igualdade com as demais pessoas (Lei n. 13.146, 2015). Elas resultam do preconceito (Benfica, 2012), estereótipos (Moises & Stockmann, 2020), estigmas (Goffman, 1963) e julgamentos (Bester & Moll, 2019).

O preconceito é uma barreira atitudinal que ocorre por meio de generalizações e de informações imprecisas e incompletas (Adorno & Horkheimer, 1985). Ele pode ser apenas sentido, quando a pessoa não demonstra que é preconceituosa, como também pode ser expresso, por meio de atitudes preconceituosas (Allport et al., 1954). A palavra atitude está relacionada com preferências, sentimentos, emoções, crenças, expectativas, julgamentos, avaliações, valores, princípios, opiniões e intenções (Bagozzi, 1994), que fazem com que o indivíduo tenha determinados tipos de comportamento em relação a uma pessoa, grupo ou objeto (Sherrill, 1998).

Dez dos 11 cuidadores entrevistados manifestaram a existência desse tipo de barreira em suas realidades. Eles relataram experiências de preconceito na família, nos transportes públicos e nas escolas.

*Hoje em dia a maior barreira que a gente encontra é o povo! [...] Eles [as PCD] são invisíveis para a família, sabe? (Mara).*

*Nos ônibus, nas ruas, nos lugares assim; as pessoas olham de olho torto! (Ana).*

*As crianças meio que deixavam ele de lado, na hora de jogar futebol não deixavam ele jogar! (Paulo).*

Três entrevistados alegaram que as pessoas com deficiências não visíveis tendem a também sofrer barreiras atitudinais:

*E daí ele sentou no banco preferencial, e chegou um senhor e deu um empurrão nele e pediu pra ele sair. Porque [...] olhando para ele não dá pra dizer que ele tem uma deficiência (Joana).*

*Porque eles não sabem como agir com aquela pessoa. [...] Quando é cadeirante tá visível que ele é cadeirante, o autista não (Mara).*

Um outro tipo de preconceito sofrido por PCD, é o de que elas são “coitadinhas”, como pode ser observado, por exemplo, na fala abaixo

*A pior rotulação que o pessoal recebe, é esse “coitadinha” [...] Ninguém precisa de condolência! (Profissional um).*

O comprometimento das PCD faz com que elas sejam estereotipadas como incapazes, lamentáveis, desamparadas e vulneráveis (Barnes, 1992; Moises & Stockmann, 2020; Souza et al., 2021). O estigma de que as PCD são coitadinhas degrada e desumaniza as PCD (Martins & Barsaglini, 2011). Este estigma pode ser agravado pela falta de convivência com PCD (Colere et al., 2022).

Os julgamentos emitidos podem ser internalizados pela PCD (Goffman, 1963).

*Acho que eles sentem muito o julgamento principalmente na questão do olhar - “ah eu mal consigo acertar a bola no gol” [...] “eu não consigo dar o pique igual aquele menino” [...] aí acaba ficando com medo, aí eles acabam criando essa barreira neles mesmos (Profissional dois).*

Conforme apontam alguns estudos que tiveram como foco as perspectivas de atletas paralímpicos, estes não querem ser vitimizados, mas sim percebidos como atletas de alto rendimento que se esforçam para atingirem bons resultados, como qualquer outro atleta sem deficiência (Marques et al., 2014; Oliveira et al., 2022).

Experiências de preconceito e inferiorização podem

gerar impactos psicológicos negativos como ansiedade, raiva, insegurança, solidão e baixa autoestima (Pérez et al., 2018). Isto pode afetar o bem-estar da PCD na prática esportiva, gerar comparação com outras pessoas (Buffart et al., 2009; Seron et al., 2015) e medo de lesões (Buffart et al., 2009; Matheri & Frantz, 2009).

Sete entrevistados, incluindo um profissional, afirmaram que os pais e/ou outros membros da família têm diferentes tipos de temores em relação à inserção esportiva da PCD. Um deles é o de *bullying*:

*As mães têm medo, medo assim que alguém faça algo para o filho dela. Já passaram por experiências traumáticas, daí elas acabam ficando receosas (Profissional dois).*

*O medo das famílias né? Eu vejo que tem, preconceito, bullying, toda essa forma de violência que a gente vê muito (Bianca).*

O *bullying* é uma forma de agressão que provoca sofrimento e aflição à vítima, podendo resultar em depressão, reclusão, diminuição da autoestima e em alguns casos, pensamentos suicidas (Leão, 2010). Isto se caracteriza como uma violência psicológica contra a PCD (Mendes et al., 2020).

Quatro participantes também mencionaram que tinham medo que seus filhos não fossem capazes de cuidar de si mesmos e/ou de conseguir ajuda de outras pessoas quando necessário. No entanto, eles afirmaram também que este medo reduziu após o início da prática esportiva.

*Antes eu tinha medo dele ir sozinho. Hoje eu não tenho medo nem dele ir sozinho, porque eu sei que ele sabe se cuidar (Jana).*

*Eu tinha um pé atrás. Mas eu vi que ele foi bem, e ali o pessoal também sempre ajudava (Marta).*

A superproteção e/ou a cobrança excessiva de alguns pais foi citada pelos profissionais como barreiras:

*Eu tenho essas mães que superprotegem e acabam influenciando, como eu tenho aquelas mães que cobram demais. [...] eu acho que é essa questão do excessivo né, do cuidado excessivo, ou as vezes do forçar a pessoa (Profissional um).*

*Às vezes as mães têm medo, medo que alguém faça algo pro filho dela [...]. O medo acaba passando da mãe e do pai para o filho (Profissional dois).*

A superproteção dos pais e/ou responsáveis (Melo & Van Munster, 2016), a falta de apoio (Bodde & Seo, 2009; Rimmer et al., 2004), bem como o medo do que outras pessoas irão pensar sobre o envolvimento de seu dependente com deficiência nas atividades esportivas (Moran & Block, 2010), impactam negativamente a participação da PCD nestas atividades.

#### *Falta de banheiros unissex*

Seis cuidadores citaram a ausência de banheiros que possam ser utilizados por pessoas de ambos os gêneros como uma barreira para a prática de atividades esportivas pelas PCD. Eles lamentaram o fato de os cuidadores não poderem entrar no mesmo banheiro que seus dependentes do sexo oposto para auxiliá-los.

*Fica difícil o pai entrar no banheiro feminino, a mesma coisa uma mãe entrar no banheiro masculino! (Paulo).*

*A mulher também tem uma menina especial, mas ela não entende que os meninos precisam usar o mesmo banheiro que a filha dela, porque nós não podemos entrar no banheiro dos homens! (Ana).*

As PCD com comprometimentos mais severos têm necessidade de um grau de suporte maior para executarem atividades de higiene pessoal, atenderem suas necessidades fisiológicas, despirem-se e vestirem-se (Martinello, 2014). A dificuldade de acesso aos banheiros por parte do cuidador, por não ser do mesmo gênero da PCD, influencia negativamente a realização efetiva das atividades citadas e, conseqüentemente, o bem-estar da PCD e a participação dela em diferentes atividades, tais como as esportivas.

Quatro entrevistados relataram uma preocupação em deixar seus filhos irem sozinhos aos banheiros por medo de situações de constrangimento, violência e de abuso sexual:

*Eu não vou deixar ele entrar sozinho num banheiro público que eu não sei quem tá lá dentro! (Marta).*

*'Você vai no banheiro abaixa só a frente [da calça]! Se alguém chegar perto de você, você grita, não deixa ninguém encostar em você!' [Direcionando-se ao filho]. (Joana).*

A deficiência pode gerar atrasos de desenvolvimento motores, sociais, cognitivos, emocionais e de linguagem, os quais impactam a percepção, comunicação e a tomada de decisões de PCD em situações de vulnerabilidade (Martinello, 2014). As limitações funcionais de algumas PCD e sua dependência de ajuda, bem como barreiras de comunicação, dificuldade de percepção e reação diante situações de risco, colocam-nas em uma situação de maior vulnerabilidade a situações de abuso e violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2023; Mendes & Denari, 2021).

No caso das pessoas com deficiência intelectual, limitações na percepção da realidade podem dificultar o discernimento entre relações saudáveis e abusivas, quando existentes. A escassez da educação sexual apropriada e a invisibilidade dos direitos fundamentais das PCD também podem dificultar os pedidos de ajuda em situações de perigo (Cardoso et al., 2021; IPEA, 2023; Martinello, 2014).

De acordo com o Atlas da Violência divulgado em 2023 pelo IPEA, a violência de natureza sexual contra PCD equivale a 22% dos casos de violência registrados contra PCD, sendo mais frequentes entre mulheres e jovens de até 19 anos. No primeiro semestre de 2023, o meio de denúncia de violação dos Direitos Humanos no Brasil (Disque 100) registrou mais de 40 mil violências praticadas contra PCD.

Apesar de possuírem os mesmos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas sem deficiência, a sexualidade das PCD é frequentemente negligenciada, e seus direitos dificilmente reconhecidos (Schaaf, 2011; Steffen & Musskopf, 2015). A violência, o preconceito e a ausência de discussões sobre a temática dificultam ainda mais a garantia destes direitos às PCD (Steffen & Musskopf, 2015).

#### *Barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de transporte*

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015) e a Norma Brasileira 9050 (NBR-

9050), acessibilidade pode ser definida como a possibilidade e condição para alcançar, perceber e entender, de forma segura e autônoma, o uso e acesso a diferentes instalações, sistemas de informação, comunicação, transporte, entre outros.

As barreiras arquitetônicas referem-se às barreiras físicas existentes em edifícios públicos ou privados. As barreiras urbanísticas, por sua vez, são aquelas presentes em vias, espaços abertos ao público e de uso coletivo. As barreiras nos transportes dizem respeito àquelas existentes nos sistemas e meios de transporte (Lei nº 13.146, 2015). Estas barreiras dificultam e/ou impedem o acesso e livre circulação das PCD em diferentes localidades, constituindo-se como barreiras de acessibilidade.

Em relação às áreas de prática esportiva, a ABNT (2015) regulamenta que, com a exceção de gramados, arenosos e similares, todas as demais áreas devem ser acessíveis e interligadas por rotas acessíveis, conectando quadras, vestiários e banheiros. No entanto, apesar de sancionadas legalmente, as recomendações nem sempre são efetivadas a fim de fornecer ambientes inclusivos para a prática esportiva (Dos Santos & Pereira, 2023).

Sanitários, boxes, portas e acessórios internos inadequados, além de banheiros com entradas inacessíveis, dificultam sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Benfica, 2012). A falta de barras de apoio e sinalização adequada agrava a situação (Batistel, 2020). Quatro entrevistados falaram sobre a falta de banheiros adaptados, ou o difícil acesso a eles, como barreiras.

*Tem vários banheiros que faltam ser adaptados para pessoas com deficiência (Alda).*

*Por ser um clube muito antigo, eles tentaram, tem umas rampas ali, mas elas não são as ideais né? (Alda).*

*Eles [estabelecimentos] achavam que banheiro de deficiente é depósito! [...] O banheiro que devia estar livre, estava cheio de coisara (Mara).*

Poucos centros de esporte e lazer são acessíveis às PCD (Batistel, 2020). A infraestrutura limitada dos locais em que as práticas esportivas são alocadas e a falta de preparação destes lugares para receber PCD impedem a plena participação delas nestas práticas. Quadras e ginásios inadequados para prática esportiva adaptada também limitam o treinamento e alcance do máximo potencial dos atletas (Melo & Van Munster, 2016; Silva, 2022). A falta de acessibilidade é frequentemente citada como uma barreira para o acesso e permanência destas pessoas no esporte (Benfica, 2012; Mulligan et al., 2012).

Quatro cuidadores e um dos profissionais discorreram sobre como as barreiras urbanísticas limitam o acesso das PCD ao esporte, em especial dos indivíduos com maior comprometimento motor e mobilidade reduzida.

*É difícil andar com uma pessoa com deficiência visual nos dias de chuva, que eles não veem as poças, buracos. [...] A maior dificuldade realmente são os obstáculos mesmo, a questão das calçadas, das ruas, da sinalização (Alda).*

*Tem lugar que não tem nem rampa, tem que subir escada, ele [filho] sobe até com dificuldade, mas se tivesse rampa seria bem*

*mais tranquilo (Marta).*

*A partir do momento que você limita o direito de ir e vir da pessoa, você tá limitando ela a ter acesso! (Profissional um).*

Desníveis nas calçadas ou no interior das edificações e a inexistência ou inadequação de rampas impactam negativamente a circulação das PCD (Batistel, 2020). Outra barreira citada por quatro participantes foi a escassez de vagas de estacionamento para PCD.

*Local pra gente estacionar né? Às vezes não tem a vaga de cadeirante, ou às vezes é pouca vaga! [...] Muito espaço para outros carros, tudo, mas não para cadeirante! (Andrea).*

A inexistência ou limitação do número de vagas para o estacionamento de PCD, além da falta de demarcação e sinalização corretas destas vagas impactam o acesso às atividades frequentadas por estas pessoas e seus acompanhantes (Batistel, 2020; Benfica, 2012).

Oito participantes falaram sobre as barreiras de transporte para o local da prática esportiva e retorno para casa, sendo que cinco se referiram especificamente ao transporte público (ônibus).

*Condução nos ônibus né? Apesar de que alguns têm acessibilidade, [...] chegava naqueles pontos o elevador não funcionava! (Alda).*

*O carrinho dentro do espaço do cadeirante! Daí o motorista chegou assim “tem um carrinho de bebê no espaço do cadeirante, então não vou poder levar vocês!” (Mara).*

A indisponibilidade de transportes públicos acessíveis e de qualidade interfere diretamente no acesso de PCD ao esporte, uma vez que muitos atletas e seus responsáveis dependem deles para transitar no espaço urbano (Buffart et al., 2009; Matheri & Frantz, 2009; Silva, 2022). A ausência de transportes adaptados para locomoção (Seron et al., 2015), assim como a distância do local da prática da casa dos praticantes podem estar associadas às dificuldades nos deslocamentos (Teixeira, et al., 2022).

As barreiras de acessibilidade citadas configuram-se como formas de exclusão socioespacial das PCD (Beltrame, 2022), uma vez que reforçam ambientes desencorajadores de desigualdade, preconceito e marginalização (Beltrame, 2022; De Oliveira & Santos, 2023). As barreiras urbanísticas, arquitetônicas e de transporte são barreiras não apenas para o acesso ao esporte, mas também para a independência das PCD, sua autonomia na locomoção, participação social, acesso a equipamentos de lazer, de trabalho, educação e realização de suas demais atividades diárias (Lei nº 13.146, 2015).

*Outras barreiras*

Outras barreiras foram mencionadas pelos entrevistados com menor frequência: falta de competições que contemplem diferentes níveis de habilidades, falta de profissionais capacitados para o trabalho com PCD e dificuldade de organização de horários.

Seis cuidadores e dois profissionais falaram sobre a falta de uma maior diversidade de categorias que contemplem diferentes níveis de habilidades em competições esportivas. Vale lembrar que o esporte adaptado para PCD contempla

diferentes tipos de classificação de atletas, seja por capacidade funcional dentro de modalidades em específico, seja por níveis de habilidades visando oportunizar competições mais igualitárias e justas entre atletas com níveis similares de funcionalidade e desempenho.

O sistema paralímpico, por exemplo, conta com o sistema denominado de “classificação esportiva”. Esta classificação busca nivelar aspectos físicos e competitivos, identificando questões funcionais que afetam o desempenho básico em cada modalidade (Instituto de Promoção do Paradesporto [IPP], 2023). Já o *Special Olympics*, movimento dedicado à promoção do esporte para pessoas com deficiência intelectual busca agrupar os atletas com base em seus níveis de habilidade (Special Olympics, 2023). Nem sempre, no entanto, estes ou outros sistemas de classificação conseguem contemplar determinados comprometimentos e/ou especificidades, o que torna alguns atletas ineligíveis para competição tanto no universo do esporte paralímpico (IPP, 2023), quanto no *Special Olympics*.

*O desenvolvimento dele era muito, e não tinha com quem ele competir. Porque ele foi fazer o teste lá e não tinha categoria para ele participar! (Ana).*

*Tinha que ter uma [categoria] só para os autistas né. [...] Só que eles têm o problema dos apitos, [...] então esse é o problema! (Jana).*

*O grau de deficiência dela [uma aluna com lesão cervical] é tão alto que a gente não achou uma categoria ainda para encaixar ela. (Profissional dois).*

Conforme afirmou um dos profissionais, “A gente acaba não tendo provas para determinados públicos!” (Profissional um). Vale lembrar, no entanto, que não é só o tipo e grau de comprometimento do atleta que interfere na viabilidade de sua participação nas provas. Muitas vezes o número de atletas com características similares é insuficiente para realizar a prova e/ou não há tempo, espaço e recursos para promoção de diferentes níveis de competição.

Outra barreira citada por cinco cuidadores e um profissional é a falta de profissionais capacitados para o trabalho com PCD.

*Às vezes o professor deixava ele de canto, não tinha uma didática diferenciada para ele. (Paulo).*

*Ele ficava dentro da água parado, porque o professor não sabia trabalhar. [...] Atividades você procurava, fisioterapia, fono [fonoaudiologia], as pessoas não sabem trabalhar! Não tão preparadas! (Carla).*

*Esses professores que tão no seu lugar errado, talvez eles façam um estrago gigantesco na vida daquela pessoa que eles tão atendendo. [...] É muito triste, sabe? (Profissional um).*

Muitos profissionais que trabalham com PCD não possuem formação adequada (Batistel, 2020; Benfica, 2012; Melo & Van Munster, 2016). Assim, têm dificuldade de atender e adaptar as práticas de acordo com as necessidades específicas de cada pessoa (Mulligan et al., 2012; Silva, 2022). Uma boa formação profissional e o uso de abordagens inclusivas são fundamentais para a qualidade dos programas de atividade física para PCD (Conejo et al., 2024; García & Gonzáles, 2021). A ausência destas dificulta o

acesso e permanência das PCD no esporte adaptado (Bodde & Seo, 2009).

Outra barreira citada pelos pais é a dificuldade de organização dos horários de seus filhos devido às outras atividades nas quais eles estão envolvidos. Esta dificuldade foi relatada por cinco cuidadores de pessoas de sete a 21 anos.

*O principal [problema] são os horários. Muita atividade, muita coisa que ele necessita mesmo! (Paola).*

*A questão dele é a questão do horário, por causa da escola. (Paulo).*

A dificuldade na organização do tempo é uma barreira para a inserção e continuidade da PCD no esporte (Jaarsma et al., 2014; Seron et al., 2015). Isto está ligado tanto à oferta limitada de horários para prática esportiva quanto à disponibilidade de horários pelo praticante (Buffart et al., 2009; Teixeira et al., 2022).

## Conclusão

As principais barreiras para o acesso ao esporte adaptado citadas pelos entrevistados foram: a escassez de oportunidades associadas a dificuldades financeiras e falta de políticas públicas; questões atitudinais; ausência de banheiros unissex; barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de transporte; falta de categorias de competição; escassez de profissionais preparados para trabalhar com as PCD e dificuldade de organização dos horários.

Este estudo reforça a necessidade da implementação de políticas públicas que aumentem a oferta de práticas esportivas adaptadas para as PCD e que minimizem barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de transporte que estas pessoas enfrentam. Ele também aponta para a necessidade da disponibilização de banheiros que permitam a presença de cuidadores do gênero oposto para auxiliar aqueles que necessitam de auxílio e ajudar a evitar possíveis situações de constrangimento, violência e até mesmo abuso sexual.

Este estudo também indica a necessidade de melhor preparação dos profissionais que atuam na área, bem como do desenvolvimento de programas educacionais que ampliem o conhecimento sobre a deficiência e minimizem barreiras atitudinais.

Os resultados encontrados não podem ser generalizados, considerando que trabalhamos com um público restrito em uma localidade em específico: uma capital no sul do Brasil. Apesar desta limitação, ele identifica barreiras para o acesso de PCD ao esporte adaptado que possivelmente se aplicam a outros públicos em realidades semelhantes.

Salientamos a importância de novos estudos sobre as barreiras para o acesso de PCD ao esporte adaptado com diferentes públicos, modalidades, faixas etárias, níveis de habilidade e ambientes. Estudos com esta temática podem gerar subsídios para políticas públicas e ações que podem ajudar a minimizar essas barreiras.

## Agradecimentos

O presente artigo foi realizado com o apoio da bolsa de

Iniciação Científica, PIBIC/CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – código de financiamento 001.

## Referências

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*.
- Allport, G. W., Clark, K., & Pettigrew, T. (1954). *The nature of prejudice*. Perseus.
- Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de funcionários do Banco do Brasil (APABB) (2023). *Quem somos*. Recuperado em 26 de abril de 2023, de <https://www.apabb.org.br/quem-somos/apresentacao.html>.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2015). *ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos* (3a ed). Rio de Janeiro.
- Bagozzi, R. P. (1994) *Advanced Methods of Marketing Research*. Blackwell.
- Barnes, C. (1992). *Disabling imagery and the media. An Exploration of the Principles for Media Representations of Disabled People. The First in a Series of Reports*. Halifax.
- Batistel, J. (2020). *A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros de esporte e lazer de Curitiba: um estudo de caso* [Dissertação de mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5418>
- Batistel, J., & Carvalho, H. A. (2021). Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros esportivos— estudo de caso. *Brazilian Journal of Development*, 7(2), 12279-12294. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-040>
- Beltrame, A. L. N. (2022). Por entre tramas e tessituras do espaço urbano “sobre rodas”: tecendo relações entre o esporte e lazer e a pessoa com deficiência física na cidade. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 44, e001522. <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e001522>
- Benfica, D. T. (2012). *Esporte Paralímpico: analisando suas contribuições nas (re) significações do atleta com deficiência*. [Dissertação de Pós-Graduação, Universidade Federal de Viçosa]. Locus Repositório Institucional da UFV. <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/3473>
- Bester, G., & Moll, A. M. (2019). Factors that relate to sport participation of adolescents with a mobility impairment. *African Journal of Disability*, 8(1), 1-8. <https://doi.org/10.4102%2Fajod.v8i1.614>
- Bodde, A. E., & Seo, D. C. (2009). A review of social and environmental barriers to physical activity for adults with intellectual disabilities. *Disability and health journal*, 2(2), 57-66. <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2008.11.004>
- Brasil. (2004). *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)*. Recuperado em 08 de agosto de 2023, em

- [https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_reabilitacao\\_pessoa\\_autismo.pdf](https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf)
- Brasil. (2023). *Secretaria Nacional do Paradesporto*. Recuperado em 04 de agosto de 2023, de <https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/paradesporto>
- Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Eds.), *APA handbook of research methods in psychology*, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological, 57–71. *American Psychological Association*. <https://doi.org/10.1037/13620-004>
- Buffart, L. M., Westendorp, T., Van Den Berg-Emons, R. J., Stam, H. J. H. J., & Roebroeck, M. E. (2009). Perceived barriers to and facilitators of physical activity in young adults with childhood-onset physical disabilities. *Journal of Rehabilitation Medicine*, 41(11), 881-885. <https://doi.org/10.2340/16501977-0420>
- Cardoso, A. L. S., de Fátima Domingos, E., Braga, K. F., da Silva Amaral, M., Amorim, R. R., da Silva Gomes, A., & Pessoa, M. R. (2021). Percepção do abuso sexual na deficiência intelectual: uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, 10(13), e383101321175-e383101321175. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21175>
- Cardoso, V. D. (2011). A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33, 529-539. <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000200017>
- Colere, J., Vieira, Y. V., & de Souza, D. L. (2022). Can the Media Discourse Surrounding the Paralympic Games Alter the Perception of Disability Held by Children with Disabilities and Their Families? *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, 97(1), 53-64. <https://doi.org/10.2478/pcssr-2022-0023>
- Conejo, M. G., Rivera, M. D. G., & Izquierdo, A. C. (2024). Planificación y evaluación de los programas deportivos para personas con discapacidad. *Retos*, 53, 472-480. <https://doi.org/10.47197/retos.v53.102566>
- Crawford, D. W., & Godbey, G. (1987). Reconceptualizing barriers to family leisure. *Leisure sciences*, 9(2), 119-127. <http://dx.doi.org/10.1080/01490408709512151>
- Dalmazo, R., Iacono, J. P., & Rossetto E. (2022). O autismo como deficiência e sua categorização como TEA: perspectivas educacionais e desafios. *Nova Revista Amazônica*, 10(2), 07-22. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v10i2.13515>
- Da Silva, L. (2009) *O serviço social na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com deficiência funcionários do Banco do Brasil e da comunidade-Núcleo Regional Santa Catarina-APABB/SC: possibilidades e desafios*. [Monografia de graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina]. Repositório Universitário da Ânima. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/11361>
- De Oliveira, E. P., & Santos, E. K. O. (2023). Acessibilidade à Atividade Física. *Pensar Acadêmico*, 21(5), 1704-1712. <https://doi.org/10.21576/pensaracademico.2023v21i5.4080>
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.
- Dos Santos, M. A. G. N., & Pereira, M. (2023). Esporte e Inclusão: Um Estudo sobre Acessibilidade. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 26(1), 176-206. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45696>
- Florence, R. B. P. (2009). *Medalhistas de ouro nas Paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório de Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609907>
- García, P. S., & González, V. B. (2021). Actitudes del profesorado de Educación Física hacia la inclusión de alumnos con discapacidad. *Retos*, 39, 7-12. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.77841>
- Giacobbi, P. R., Stancil, M., Hardin, B., & Bryant, L. (2008). Physical activity and quality of life experienced by highly active individuals with physical disabilities. *Adapted physical activity quarterly*, 25(3), 189-207. <https://doi.org/10.1123/apaq.25.3.189>
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Simon & Schuster. <https://doi.org/10.2307/2575995>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022: Pessoas com Deficiência 2022*. Recuperado em 11 de julho de 2023, de [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2023). *Atlas da Violência*. <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>
- Instituto de Promoção do Paradesporto (IPP). (2023). *Classificação de Paratletas*. Recuperado em 28 de junho de 2023, de <https://ippbrasil.org.br/classificacoes-de-paratletas/>
- Jaarsma, E. A., Dijkstra, P. U., Geertzen, J. H. B., & Dekker, R. (2014). Barriers to and facilitators of sports participation for people with physical disabilities: A systematic review. *Scandinavian journal of medicine & science in sports*, 24(6), 871-881. <https://doi.org/10.1111/sms.12218>
- Leão, L. G. R. (2010). O fenômeno do bullying no ambiente escolar. *Revista FACEVV*, 4, 119-135.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015) Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Recuperado em 26 de abril de 2023 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)
- Lissi, M. R., Onetto, V., Zuzulich Pavez, M. S., Alarcón, M. S., & González, M. (2014). Aprender a través de

- ensinar: análise da experiência de tutores de estudantes com deficiência sensorial ou motora, em um contexto universitário. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, 109-126.
- Marques, R. F. R., Gutierrez, G. L., de Almeida, M. A. B., Nunomura, M., & Menezes, R. P. (2014). A abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: perspectivas de atletas brasileiros. *Movimento*, 989-1015.
- Martinello, E. (2014). Reviewing strategies for risk reduction of sexual abuse of children with intellectual disabilities: A focus on early intervention. *Sexuality and Disability*, 32, 167-174. <http://dx.doi.org/10.1007/s11195-014-9345-9>
- Martins, J. A., & Barsaglini, R. A. (2011). Aspects of identity in the experience of physical disabilities: a social-anthropological view. *Interface: Communication Health Education*, 15(36), 109-122.
- Matheri, J. M., & Frantz, J. M. (2009). Physical activity levels among young people with physical disabilities in selected high schools in Kenya and their perceived barriers and facilitators to participation. <http://hdl.handle.net/10566/120>
- Melo, F. A. P., & Van Munster, M. A. (2016). Iniciação esportiva em cadeira de rodas: estruturação de um programa para crianças com deficiência física. *Pensar a Prática*, 19 (1). <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v19i1.36060>
- Mendes, M. J. G., & Denari, F. E. (2021). Violência sexual contra pessoas com deficiência nos últimos 10 anos: uma revisão sistemática. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, e021013-e021013. <https://doi.org/10.30715/doxa.v22i00.15335>
- Mendes, M. J. G., Schroeder, T. M. R., & Denari, F. E. (2020). Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, 1-14, e3308080-e3308080. <https://doi.org/10.14244/198271993308>
- Moises, R. R., & Stockmann, D. (2020). A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. *History of Education in Latin America-HistELA*, 3, e20780-e20780. <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2020v3n0ID20780>
- Moran, T. E., & Block, M. E. (2010). Barriers to Participation of Children with Disabilities in Youth Sports. *Teaching Exceptional Children Plus*, 6(3), n3. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ879597.pdf>
- Mulligan, H. F., Hale, L. A., Whitehead, L., & Baxter, G. D. (2012). Barriers to physical activity for people with long-term neurological conditions: a review study. *Adapted physical activity quarterly*, 29(3), 243-265. <https://doi.org/10.1123/apaq.29.3.243>
- Oliveira, A. P. V. D., Poffo, B. N., & Souza, D. L. D. (2022). “É melhor ser super-herói do que ser a vítima”: um estudo sobre a percepção de atletas e ex-atletas com deficiência visual sobre a cobertura midiática. *Movimento*, 24, 1179-1190. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.84237>
- Oliveira, L. M. B. (2012). *Cartilha do Censo de 2010- Pessoas com Deficiência*. Recuperado em 26 de abril de 2023 de <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>
- Palencia, M. A. Z., & Gallón, O. L. H. (2022). Facilitadores en el deporte paralímpico: motivos de práctica deportiva en jugadores con discapacidad física y visual. *Retos*, 44, 27-33. <https://doi.org/10.47197/retos.v44i0.90277>
- Pérez-Garín, D., Recio, P., Magallares, A., Molero, F., & García-Ael, C. (2018). Perceived discrimination and emotional reactions in people with different types of disabilities: A qualitative approach. *The Spanish Journal of Psychology*, 21, E12. <https://doi.org/10.1017/sjp.2018.13>
- Reis, R. E., Mezzadri, F. M., & Moraes, M. (2017). As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. *Corpoconsciência*, 58-69. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4706>
- Rimmer, J. H., Riley, B., Wang, E., Rauworth, A., & Jurkowski, J. (2004). Physical activity participation among persons with disabilities: barriers and facilitators. *American journal of preventive medicine*, 26(5), 419-425. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2004.02.002>
- Rueda, M. M., & Cerero, J. F. (2024). El deporte inclusivo: Un camino hacia la equidad y la igualdad de oportunidades. *Retos*, 51, 356-364. <https://doi.org/10.47197/retos.v51.100592>
- Schaaf, M. (2011). Negociando sexualidade na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 8(14).
- Seron, B. B., Arruda, G. A. D., & Greguol, M. (2015). Perceived facilitators and barriers to physical activity for people with motor disabilities. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 37, 214-221. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2013.09.003>
- Sherrill, C. (1998). *Adapted physical activity, recreation and sport: Crossdisciplinary and lifespan*. WCB/McGraw Hill, 2460 Kerper Blvd. Dubuque, IA 52001.
- Silva, L. M. B. (2022). *Análise das barreiras e facilitadores para a prática de esportes: percepção de jovens com deficiência física e da sua família*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46231>
- Soares, L. S. (2017). *Barreiras ambientais em crianças e jovens com deficiência: percepção dos pais*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/34062>
- Solera, B., Flores, P. P., Anversa, A. L. B., da Silva Caracato, Y. M., de Souza, V. D. F. M., & Herold, C. (2021). Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. *Retos*, 42, 655-661. <https://doi.org/10.47197/retos.v42i0.85713>

- Souza, D. L., Colere, J., & Vieira, Y. V. (2021). O contato com o esporte paralímpico como um meio para a mudança de percepção de crianças em relação às pessoas com deficiência. *Retos*, 42, 396-405. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7986360>
- Special Olympics. (2023). *Divisioning*. Recuperado em 30 de agosto de 2023, de <https://resources.specialolympics.org/sports-essentials/divisioning>
- Steffen, L., & Musskopf, A. S. (2015). Direitos sexuais e direitos reprodutivos das pessoas com deficiências: implicações teológicas. *Mandrágora*, 21(2), 39-65.
- Teixeira, A. M., Graup, S., & Copetti, J. (2022). Barreiras para a atividade física de escolares com deficiência intelectual na percepção dos pais/responsáveis. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, 11(1), 136-150. <https://doi.org/10.31668/revsap.v11i1.11585>
- Vieira, Y. V., Colere, J., & de Souza, D. L. (2021). Facilitadores e barreiras para a prática esportiva por parte de atletas com comprometimentos no Brasil. *Retos*, 41, 812-822. <http://dx.doi.org/10.47197/retos.v41i0.85497>

#### Datos de los/as autores/as:

Leticia Moro  
Jackeline Colere  
Doralice Lange de Souza

[leticiamoro@uol.com.br](mailto:leticiamoro@uol.com.br)  
[2jacke5671@gmail.com](mailto:2jacke5671@gmail.com)  
[dora@ufpr.br](mailto:dora@ufpr.br)

Autor/a  
Autor/a  
Autor/a